



PARA ONDE **VAI O \$EU** DINHEIRO

24ª edição

70 ANOS
TCE-SC

**CONTAS DO
GOVERNADOR**
RELATÓRIO

Versão simplificada do Parecer
Prévio das contas prestadas
pelo governador do Estado
ao Tribunal de Contas
de Santa Catarina

2025

PARA ONDE **VAI O \$EU** **DINHEIRO**

24^a edição

Assessoria de Comunicação Social

COORDENAÇÃO EDITORIAL E TEXTOS

Maria Thereza Simões Cordeiro
Marcos Roberto Espíndola

COMITÊ EDITORIAL

Jozelia dos Santos
Maria Thereza Simões Cordeiro
Marcelo da Silva Mafra
Marcius Aurélio Furtado
Marcos Roberto Espíndola
Neimar Paludo
Taísa Ellen Brantl

REVISÃO GRAMATICAL

Nathalia Helen Machado Coelho

PLANEJAMENTO GRÁFICO E ARTES

Ayrton Cruz

INFOGRAFIA

Stefania Hoff Ambos
Ayrton Cruz



PARA ONDE **VAI O \$EU** **DINHEIRO**

24^a edição

Versão simplificada do Parecer Prévio das contas prestadas
pelo governador do Estado ao Tribunal de Contas de Santa Catarina

(Conforme art. 48 da Lei Complementar 101/2000)

CONTAS DO GOVERNO – 2025

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

S231p Santa Catarina. Tribunal de Contas do Estado
Para onde vai o seu dinheiro 24: versão simplificada do
parecer prévio sobre as contas prestadas pelo governador
do Estado ao Tribunal de Contas de Santa Catarina – 2025.
[Recurso eletrônico]. Florianópolis: TCE, 2026.

Contas do Governo: Exercício 2025.
Edição digital; 49 p.
Modo de acesso: World Wide Web
E-book: 35,1 MB; PDF.

1. Administração pública – Contas. 2. Tribunal de Contas
de Santa Catarina – Parecer. I. Título. II. Tribunal de Contas
de Santa Catarina.

CDU 341.3852

Sílvia M. B. Volpato
Bibliotecária CRB 14/408



PARA ONDE VAI O \$ SEU DINHEIRO

24ª edição

**Análise das contas prestadas pelo governador
do Estado referentes ao exercício de 2025**

CONSELHEIROS

Herneus De Nadal
(Presidente)

José Nei Ascari
(Vice-Presidente)

Adircélio de Moraes Ferreira Júnior
(Corregedor-Geral)

Wilson Wan-Dall
(Supervisor da Ouvidoria)

Luiz Roberto Herbst
(Supervisor do Instituto de Contas)

Luiz Eduardo Cherem

Aderson Flores

CONSELHEIROS SUBSTITUTOS

Gerson dos Santos Sicca

Cleber Muniz Gavi

Sabrina Nunes Iocken

MINISTÉRIO PÚBLICO JUNTO AO TRIBUNAL DE CONTAS (MPTC/SC)

Cibelly Farias
(Procuradora-Geral)

Sérgio Ramos Filho
(Procurador-Geral Adjunto)

Leandro Ocaña Vieira
(Procurador-Geral Adjunto)

Diogo Roberto Ringenberg
(Procurador Corregedor)

RELATOR DAS CONTAS DO GOVERNO/2025

Conselheiro Luiz Roberto Herbst

EQUIPE QUE ATUOU NO RELATÓRIO TÉCNICO

Gissele Souza de Franceschi Nunes
(Diretora da DGO)

André Luiz Caneparo Machado
Alana Alice da Cruz Silva (coordenação)
Bruno Godoy Azevedo Santos
Daniel Almeida de Oliveira
Estêvão Salles da Costa
Guilherme Henrique Martins da Rocha
Gustavo Fontana Canella
James Hollyfyld Carvalho Câmara
Jheyce Milena da Silva Barros
Laís Dorigon Rodrigues
Lucas do Nascimento Magalhães
Marcelo da Silva Mafra
Maria Gabriela Barbosa Borges
Taísa Ellen Brantl
Vitória Franzoni Pessoa

SERVIDORES DO GABINETE DO RELATOR QUE ATUARAM NO RELATÓRIO E VOTO DO RELATOR

Eduardo Gonzaga de Oliveira
Fábio Batista
Hamilton Hobus Hoemke
Jozelia dos Santos
Neimar Paludo
Miriam Francisca Alves Perez
Thayse Pavei

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO

O PROCESSO
DE PRESTAÇÃO
DE CONTAS

1

POLÍTICAS
PÚBLICAS

2

SAÚDE

3

PREVIDÊNCIA

4

EDUCAÇÃO

5

DEFESA CIVIL

6

SEGURANÇA
PÚBLICA

7

TRANSPARÊNCIA

8

EMENDAS
PARLAMENTARES
IMPOSITIVAS

9

RENÚNCIA
DE RECEITA

10

RESULTADO
ORÇAMENTÁRIO

11

CONTAS DENTRO
DOS LIMITES
LEGAIS

12

PONTOS
DE ATENÇÃO

PARA ONDE
**VAI O SEU
DINHEIRO**

Clique no logotipo
localizado no rodapé
de todas as páginas
para voltar a este menu



Clique e navegue
de forma rápida
pela publicação

APRESENTAÇÃO

Para Onde Vai o Seu Dinheiro é uma versão em linguagem simples do parecer prévio do Tribunal de Contas de Santa Catarina (TCE/SC) sobre como o Governo do Estado utilizou os recursos públicos. Esse parecer ajuda a Assembleia Legislativa a analisar e julgar as contas do Governo.

Publicada todos os anos, esta obra chega à sua 24ª edição e reforça o direito da população à informação, um princípio essencial para a democracia garantido pela Constituição Federal. Também contribui para a transparência das contas públicas, conforme prevê a Lei de Responsabilidade Fiscal.

Compartilhe estas informações com familiares, amigos e colegas. Aproveite também para conhecer a versão completa do parecer prévio do TCE/SC.

Acompanhar e fiscalizar a aplicação do dinheiro público é um exercício de cidadania que fortalece a participação da sociedade, promove melhorias na gestão pública e contribui para a garantia de direitos.



Conselheiro Herneus João De Nadal

Presidente do TCE/SC

O PROCESSO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS

Todos os anos, o governador do Estado deve fornecer informações à Assembleia Legislativa (Alesc) sobre a gestão do dinheiro público do ano anterior, em um prazo de até 60 dias depois da abertura da sessão legislativa. A prestação de contas é feita por meio do **Balanço Geral do Estado**, composto por informações contábeis e socioeconômicas.

Para julgar as contas do Governo, a Alesc recebe orientação técnica do Tribunal de Contas de Santa Catarina (TCE/SC), que emite um parecer prévio, conforme determina o artigo 59 da Constituição Estadual. Esse processo tem várias etapas, que incluem a elaboração de um Relatório Técnico e de diversos pareceres [\(veja na página 8\)](#).

A prestação de contas diz respeito a 2025 se refere ao mais recente ano concluído do mandato do governador Jorginho dos Santos Mello.



PASSO A PASSO



Fonte: Regimento Interno do TCE/SC.

POLÍTICAS PÚBLICAS

A análise das contas de governo realizada pelo TCE/SC consiste em verificar números, balanços e o cumprimento de limites legais e, como consequência, aferir se os recursos públicos estão sendo transformados em políticas públicas capazes de melhorar a vida dos catarinenses. Nesse sentido, o TCE/SC tem ampliado sua atuação no exame dos resultados entregues à sociedade em áreas estratégicas, como saúde, educação, segurança pública, infraestrutura, previdência e desenvolvimento social e econômico.



Esse modelo de fiscalização parte do princípio de que o planejamento governamental deve estar conectado às necessidades da população. O Tribunal acompanha programas, metas e indicadores previstos no Plano Plurianual (PPA), analisando o quanto foi gasto, quais resultados foram alcançados e se as políticas públicas estão produzindo os efeitos esperados.

Do orçamento para os resultados

O relatório destaca que o planejamento é um dos pilares da boa governança pública, pois orienta a definição de prioridades e a alocação dos recursos em ações capazes de gerar benefícios concretos para a sociedade. Nesse contexto, o controle externo busca verificar se o dinheiro público está sendo aplicado de forma eficiente, transparente e alinhada aos objetivos estratégicos do Estado.

Por essa razão, a análise das contas incorpora indicadores de desempenho, metas de programas governamentais e informações socioeconômicas que ajudam a compreender a realidade catarinense e a medir o impacto das ações públicas.



O cidadão no centro da análise

A avaliação realizada pelo TCE/SC considera temas que afetam diretamente o dia a dia da população. Entre eles, estão o acesso à saúde, a realização de cirurgias eletivas, a qualidade da educação, a geração de empregos, a segurança pública, a prevenção de desastres naturais, a infraestrutura de transportes e a efetividade dos investimentos públicos.

O foco é responder a uma pergunta essencial: os recursos arrecadados estão gerando resultados concretos para os cidadãos? Para isso, o Tribunal busca identificar avanços, desafios e oportunidades de melhoria, contribuindo para que as políticas públicas sejam cada vez mais eficientes e capazes de produzir benefícios reais para a sociedade catarinense.



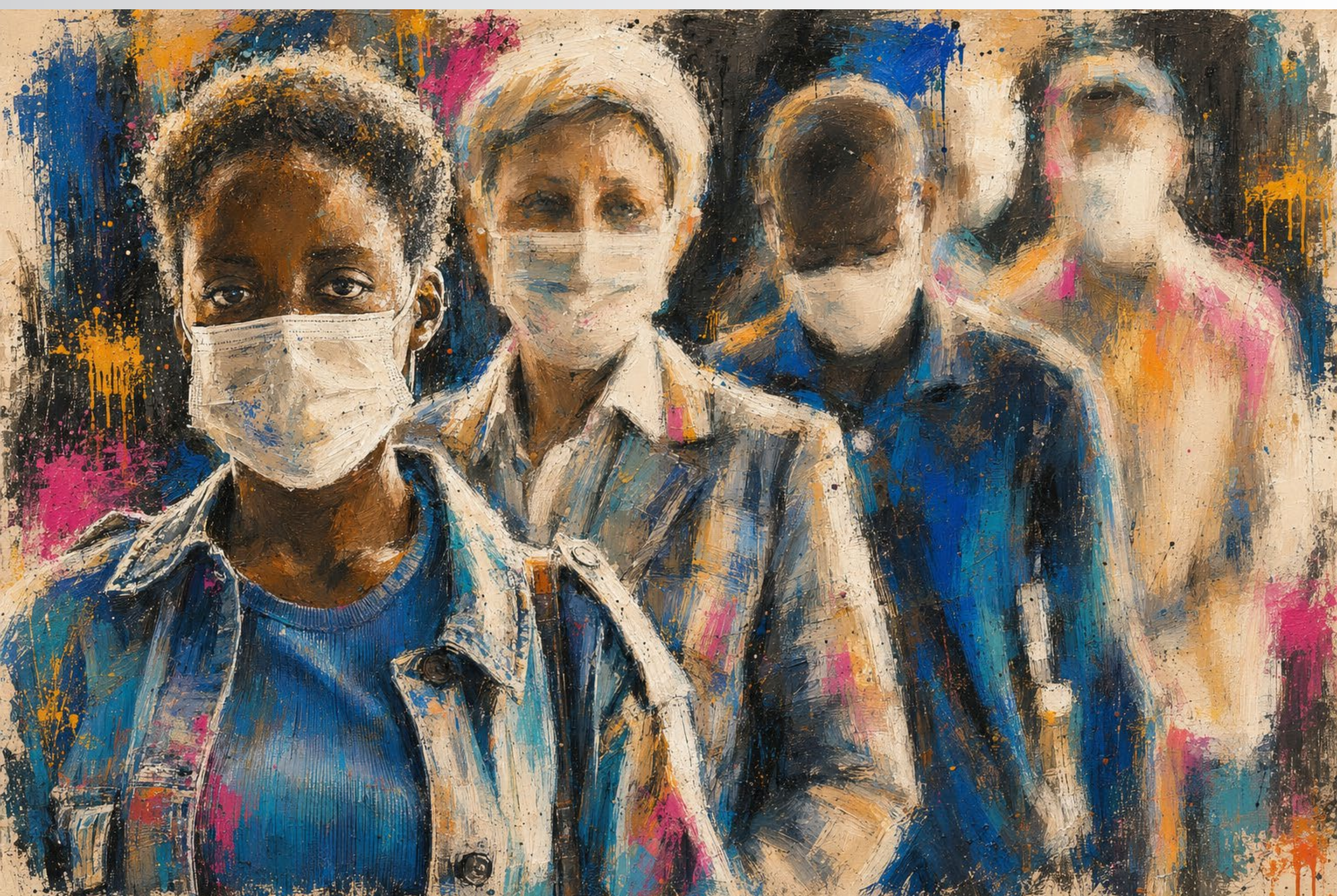
Controle para melhorar a gestão

Mais do que apontar falhas, o acompanhamento realizado pelo TCE/SC serve para aperfeiçoar a gestão pública. As recomendações expedidas pelo Tribunal têm como finalidade fortalecer o planejamento, melhorar a qualidade das informações, ampliar a transparência e aumentar a efetividade das ações governamentais.

Assim, a análise das contas anuais do Governo representa uma importante ferramenta de governança e controle social, permitindo que a sociedade conheça não apenas quanto o Estado arrecada e gasta, mas principalmente quais resultados estão sendo entregues à população em troca desses recursos.

SAÚDE

Em 2025, o Estado aplicou R\$ 7,12 bilhões em ações e serviços públicos de saúde, o equivalente a 16,19% das receitas de impostos e transferências, percentual acima do mínimo constitucional de 12%.



Indicadores de saúde

O monitoramento do Plano Estadual de Saúde apontou resultados positivos na maior parte dos indicadores avaliados. Metas relacionadas à redução da mortalidade infantil, da mortalidade materna e de doenças transmissíveis apresentaram desempenho satisfatório, com mais de 70% dos objetivos alcançados ou próximos do previsto.

Cirurgias eletivas

A realização de cirurgias eletivas foi um dos destaques da área da saúde em 2025. Ao longo do ano, foram realizados 339.678 procedimentos, considerando cirurgias hospitalares (200.091) e oftalmológicas ambulatoriais (139.587). O número reflete os esforços para ampliar o acesso da população aos serviços especializados e reduzir a demanda reprimida.

Apesar do avanço, o tempo médio de espera por cirurgia ainda era de 278 dias ao final do exercício, demonstrando que a redução das filas continua sendo um dos grandes desafios da gestão da saúde pública.



Judicialização

Outro ponto de atenção é o crescimento das despesas decorrentes de decisões judiciais. Em 2025, os gastos com medicamentos, tratamentos e procedimentos determinados pela Justiça somaram R\$ 771 milhões, exercendo pressão adicional sobre o orçamento da saúde.

Controle dos recursos

O TCE/SC também identificou problemas de intempestividade na análise das prestações de contas de hospitais administrados por organizações sociais. Ao final de 2025, existiam milhares de processos pendentes de avaliação na área da saúde, incluindo os relacionados a organizações sociais. Isso evidencia a necessidade de fortalecer os mecanismos de fiscalização e controle dos recursos públicos destinados ao setor.



PREVIDÊNCIA

A previdência dos servidores públicos continua sendo um dos principais desafios fiscais do Estado. Em 2025, o regime próprio de previdência apresentou déficit financeiro de R\$ 6,85 bilhões, valor que precisou ser coberto com recursos do Tesouro Estadual para garantir o pagamento de aposentadorias e pensões.



Déficit previdenciário

A insuficiência financeira ocorre porque as contribuições arrecadadas não são suficientes para custear os benefícios pagos aos aposentados e pensionistas.

Passivo atuarial

Além do déficit anual, o Estado registra um passivo previdenciário de aproximadamente R\$ 148 bilhões, valor que representa os compromissos futuros com aposentadorias e pensões dos servidores públicos. O registro desses valores nas demonstrações contábeis contribui para dar maior transparência à real situação do sistema previdenciário.

Reorganização do sistema

Entre as medidas adotadas, destaca-se a reorganização do regime próprio de previdência, com a retomada da segregação de massas. O modelo separa os servidores mais antigos dos ingressantes mais recentes, criando fundos distintos para cada grupo.

Para os servidores que ingressaram a partir de 2024, foi criado um fundo em regime de capitalização, no qual os recursos são acumulados ao longo do tempo para ajudar a custear os benefícios futuros.



Desafio de longo prazo

Embora as mudanças representem um avanço na sustentabilidade do sistema, seus efeitos serão percebidos apenas no longo prazo. O déficit atual permanece elevado e continua exigindo aportes bilionários do Tesouro Estadual, o que reforça a necessidade de manter ações voltadas ao equilíbrio financeiro e atuarial da previdência pública.



EDUCAÇÃO

Em 2025, o Estado aplicou 26,71% da receita de impostos e transferências em Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE), superando o mínimo constitucional de 25%.



Fundeb

O Estado cumpriu as exigências constitucionais e legais relacionadas ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), tanto em relação à aplicação dos recursos quanto à destinação mínima para valorização dos profissionais da educação. Em 2025, foram destinados ao Fundeb R\$ 8,13 bilhões.

Ensino superior

O investimento no ensino superior foi um dos destaques do ano. As aplicações totalizaram R\$ 1,12 bilhão, valor correspondente a 10,17% dos recursos destinados à educação, percentual superior ao mínimo constitucional estadual de 5%.

Universidade Gratuita

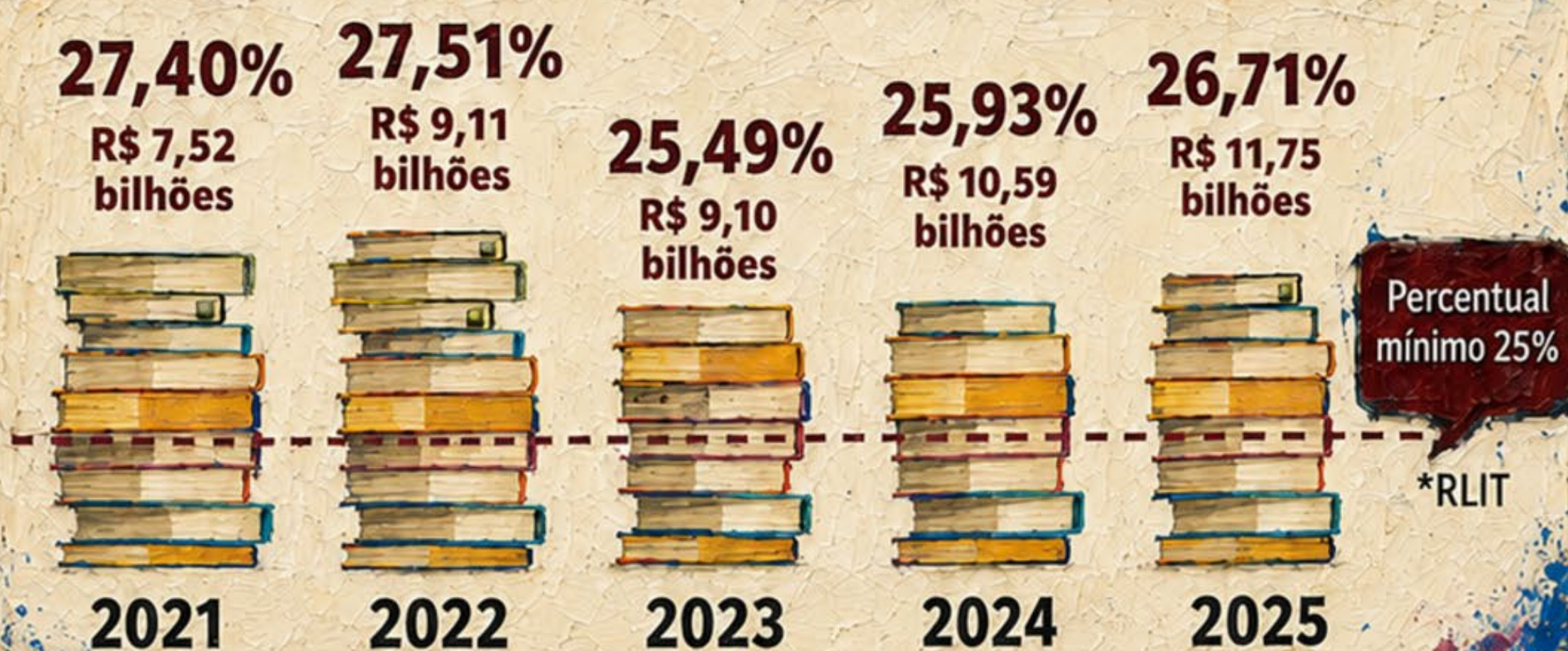
Principal iniciativa da área, o Programa Universidade Gratuita recebeu R\$ 887 milhões em recursos do Tesouro e concedeu mais de 66 mil bolsas de estudo em 2025, ampliando o acesso ao ensino superior para estudantes catarinenses.

Além disso, por meio do Fundo de Apoio à Manutenção e ao Desenvolvimento da Educação Superior Catarinense (Fumdesc), foram aplicados cerca de R\$ 230 milhões em bolsas e ações de apoio à educação superior.

Educação especial

Os repasses para as Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais (Apaes) também ficaram acima do exigido em lei. O Estado destinou R\$ 340 milhões, valor significativamente superior ao mínimo obrigatório para a área.

Aplicação em educação nos últimos 5 anos



Receita Líquida de Impostos e Transferências

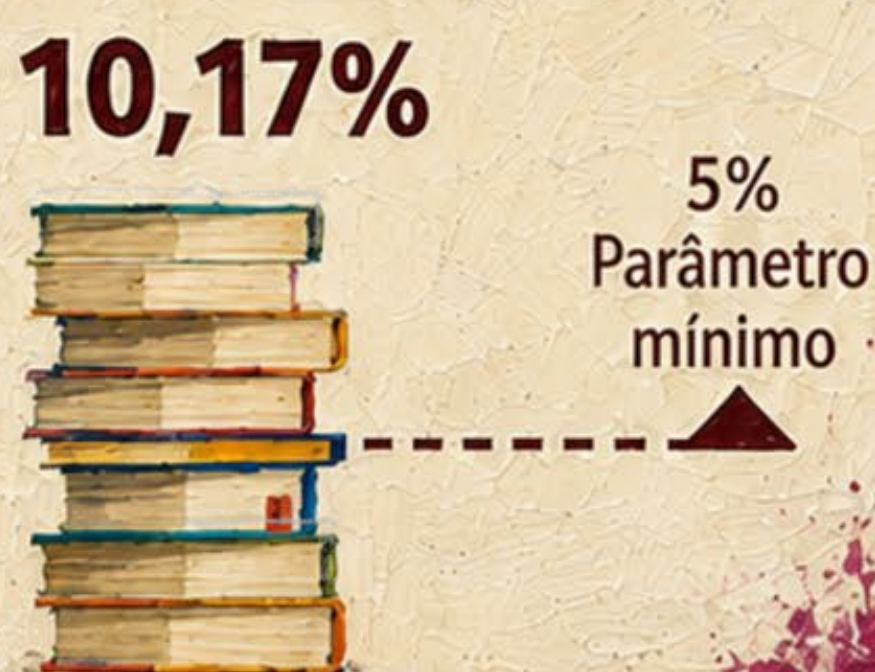
Aplicado Fundeb



Fundeb Profissionais da educação básica



Ensino superior



Desafios

Apesar dos investimentos e do cumprimento dos limites constitucionais, o TCE/SC aponta a necessidade de avanços na avaliação dos resultados das políticas educacionais. Entre os pontos de atenção, está a ausência da avaliação final das metas do Plano Estadual de Educação 2016-2025, documento que orientou a política educacional catarinense na última década.

O relatório também destaca que indicadores de qualidade e monitoramento das políticas públicas educacionais ainda precisam ser aperfeiçoados, especialmente para subsidiar a elaboração do próximo Plano Estadual de Educação e melhorar a efetividade das ações desenvolvidas no setor.



DEFESA CIVIL

Os eventos climáticos extremos têm exigido dos governos uma atuação cada vez mais voltada à prevenção, ao monitoramento de riscos e à proteção das populações vulneráveis. Em Santa Catarina, estado historicamente afetado por enchentes, deslizamentos, estiagens e tempestades severas, o fortalecimento das ações preventivas ganhou destaque em 2025.



Nesse contexto, o Programa Gestão de Riscos recebeu investimentos de aproximadamente R\$ 213 milhões, consolidando-se como a principal iniciativa da área de defesa civil. O volume de recursos representou um crescimento superior a 300% em relação a 2024, evidenciando uma mudança de enfoque na política pública estadual, com maior prioridade para medidas de prevenção e preparação diante de desastres naturais.

Os investimentos no Programa de Gestão de Desastres também foram ampliados, alcançando R\$ 30,01 milhões em 2025, ante R\$ 17,69 milhões em 2024. Isso representa um incremento de aproximadamente 70% no período.

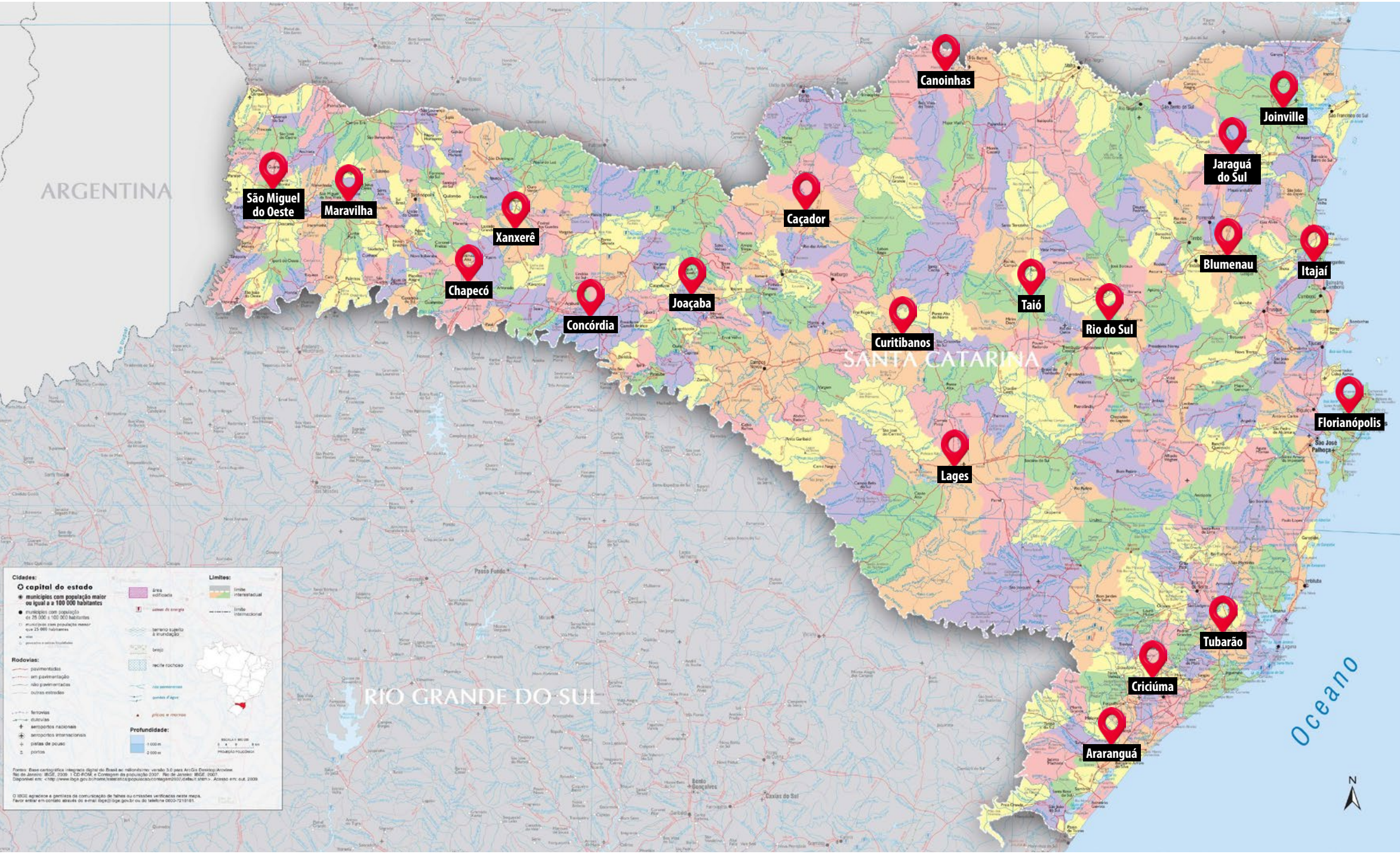
Os recursos foram direcionados para ações voltadas à redução de vulnerabilidades, ao aprimoramento da capacidade de resposta, aos sistemas de alerta e ao desenvolvimento de estruturas capazes de minimizar os impactos de fenômenos climáticos extremos sobre a população, a infraestrutura e a atividade econômica do Estado.



Ampliação de recursos

O avanço dos investimentos preventivos é apontado pelo TCE/SC como um dos aspectos positivos da gestão em 2025. A ampliação expressiva dos recursos destinados à gestão de riscos demonstra maior conscientização sobre a importância de agir antes que os desastres ocorram, reduzindo danos humanos, sociais e financeiros e fortalecendo a resiliência dos municípios catarinenses diante dos desafios impostos pelas mudanças climáticas.

COORDENADORIAS DEFESA CIVIL NO TERRITÓRIO CATARINENSE



Fonte: <https://www.defesacivil.sc.gov.br/defesa-civil-mais-proxima/>.

SEGURANÇA PÚBLICA

A segurança pública continua sendo uma das áreas que demandam atenção permanente do poder público. Embora Santa Catarina mantenha indicadores positivos em diversos aspectos, o relatório do TCE/SC aponta desafios estruturais relacionados à violência contra a mulher e à situação do sistema prisional.



Violência contra a mulher

Em 2025, o Estado registrou 52 casos de feminicídio, mantendo o mesmo patamar verificado no ano anterior. O dado evidencia que o problema persiste e reforça a necessidade de fortalecimento das políticas de prevenção, proteção e atendimento às mulheres em situação de violência.



Sistema prisional

Outro ponto de atenção é a superlotação dos presídios. Em dezembro de 2025, o sistema prisional catarinense abrigava 30.225 pessoas privadas de liberdade, enquanto a estrutura disponível contava com apenas 22.750 mil vagas. O déficit, superior a 7 mil vagas, demonstra o caráter estrutural do problema e os desafios para garantir condições adequadas de custódia e ressocialização.

INDICADORES DE SEGURANÇA PÚBLICA

CONDIÇÕES DAS UNIDADES PRISIONAIS EM SANTA CATARINA

2024		
CONDIÇÕES	QUANTIDADE DE UNIDADES PRISIONAIS	%
EXCELENTES	0	0,0
BOAS	17	31,48%
REGULARES	17	31,48%
RUINS	04	7,41%
PÉSSIMAS	16	29,63%

2025		
CONDIÇÕES	QUANTIDADE DE UNIDADES PRISIONAIS	%
EXCELENTES	0	0,0
BOAS	16	29,63%
REGULARES	21	38,89%
RUINS	05	9,26%
PÉSSIMAS	12	22,22%

Δ % (2024-2025)	
EXCELENTES	0,00
BOAS	-5,88
REGULARES	23,53
RUINS	25,00
PÉSSIMAS	-25,00



Fonte: Conselho Nacional de Justiça – Sistema Geopresídios – Referente ao ano de 2024 – Dados extraídos em 24/02/2025, Anexo 37, deste Relatório e Conselho Nacional de Justiça – Sistema Geopresídios – Referente ao ano de 2025 – Dados extraídos em 18/02/2026, Anexo 36, deste Relatório.

DESPESAS TOTAIS EM SEGURANÇA PÚBLICA

GASTOS POR ÓRGÃO

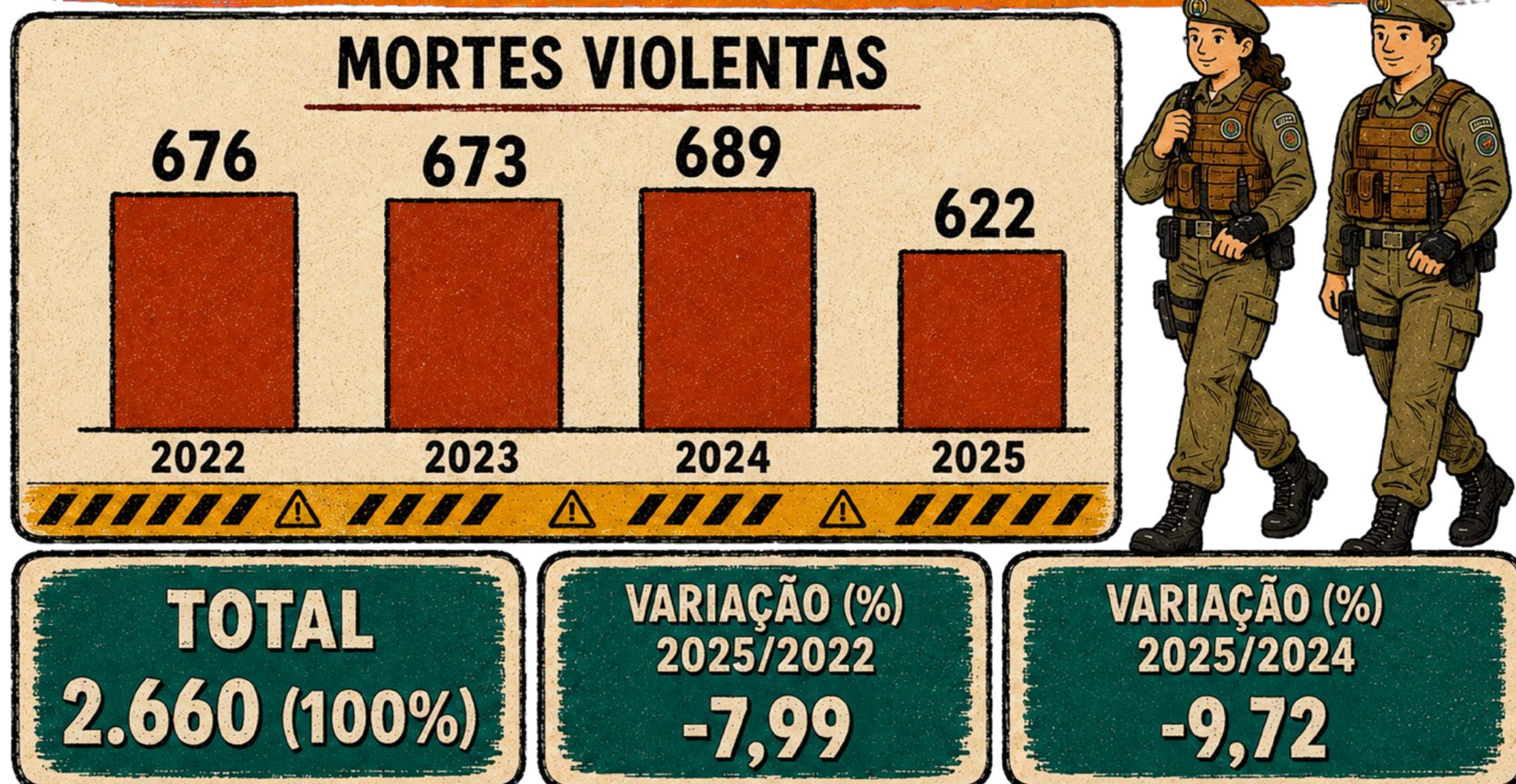


Desafios

OTCE/SC destaca a necessidade de ampliar ações voltadas à prevenção da violência, especialmente contra as mulheres, e de buscar soluções para reduzir o déficit de vagas no sistema prisional. O enfrentamento dessas questões é considerado fundamental para o fortalecimento das políticas de segurança pública e para a melhoria da qualidade de vida da população catarinense.

INDICADORES DE SEGURANÇA PÚBLICA

MORTES ENTRE 2022 E 2025



Fonte: Boletim Mensal de Indicadores SSP, dezembro/2025. Disponível em: <https://ssp.sc.gov.br/wp-content/uploads/2026/01/12-dezembro.pdf> - acessado em 04/02/2026.

TRANSPARÊNCIA

O Poder Executivo, assim como o TCE/SC, alcançou em 2025 o selo Diamante de transparência, a classificação mais elevada do Programa Nacional de Transparência Pública (PNTTP). O resultado coloca o Governo do Estado de Santa Catarina entre os mais bem avaliados do país em transparência e acesso à informação.



Controle e acesso à informação

A avaliação reconhece avanços na divulgação de dados públicos, na prestação de contas à sociedade e na disponibilização de informações por meios digitais. O relatório do TCE/SC destaca que o desempenho demonstra o fortalecimento das práticas de transparência e governança pública no Estado.



Referência nacional

O mesmo nível máximo de transparência também foi alcançado pelo Tribunal de Contas de Santa Catarina e pelo Tribunal de Justiça de Santa Catarina, reforçando o destaque do Estado em iniciativas voltadas à publicidade e ao controle social da administração pública.

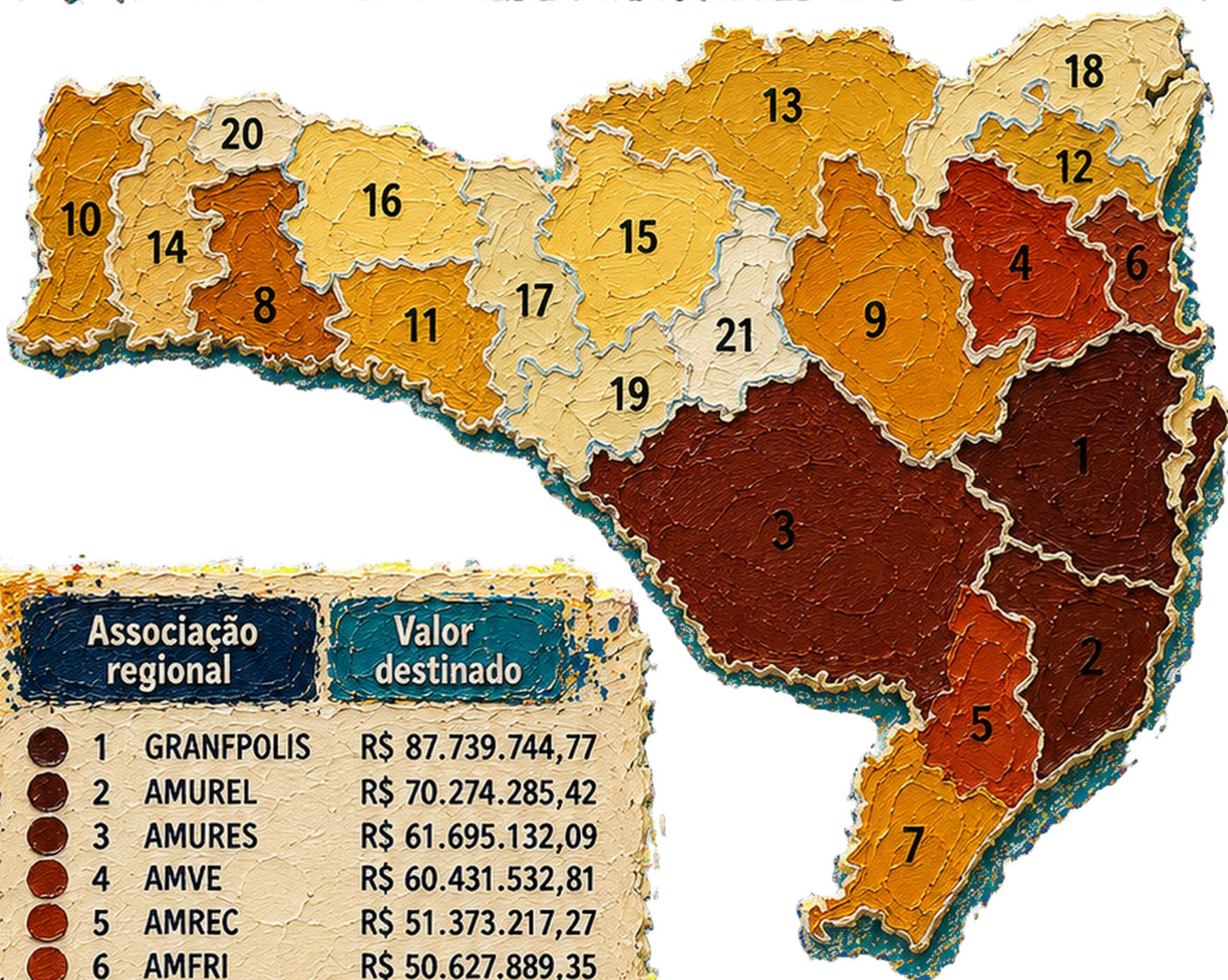
EMENDAS PARLAMENTARES IMPOSITIVAS

As emendas parlamentares impositivas são instrumentos por meio dos quais os deputados estaduais destinam recursos do orçamento para obras, serviços e investimentos de interesse da população, limitados a 1,55% da Receita Corrente Líquida do Estado. Em 2025, essas emendas tiveram papel relevante na transferência de recursos para diferentes regiões de Santa Catarina, contemplando áreas como saúde, infraestrutura, educação, assistência social e apoio a entidades públicas e privadas.



EMENDAS PARLAMENTARES IMPOSITIVAS

PAGAMENTO DE EMENDAS PARLAMENTARES IMPOSITIVAS ESTADUAIS
POR ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS



Associação regional

Valor destinado

1	GRANFPOLIS	R\$ 87.739.744,77
2	AMUREL	R\$ 70.274.285,42
3	AMURES	R\$ 61.695.132,09
4	AMVE	R\$ 60.431.532,81
5	AMREC	R\$ 51.373.217,27
6	AMFRI	R\$ 50.627.889,35
7	AMESC	R\$ 49.793.598,59
8	AMOSC	R\$ 46.070.561,83
9	AMAVI	R\$ 45.261.105,77
10	AMEOSC	R\$ 32.239.030,08
11	AMAUC	R\$ 31.149.587,90
12	AMVALI	R\$ 30.716.874,97
13	AMPLANORTE	R\$ 29.271.667,47
14	AMERIOS	R\$ 25.954.211,91
15	AMARP	R\$ 24.282.921,15
16	AMAI	R\$ 23.699.750,32
17	AMMOC	R\$ 21.972.646,72
18	AMUNESC	R\$ 35.853.615,00
19	AMPLASC	R\$ 10.232.132,41
20	AMNOROESTE	R\$ 9.605.786,59
21	AMURC	R\$ 8.319.998,45
	Estadual (não alocável às associações)	R\$ 2.865.820,12

TOTAL GERAL

R\$ 809.431.110,99

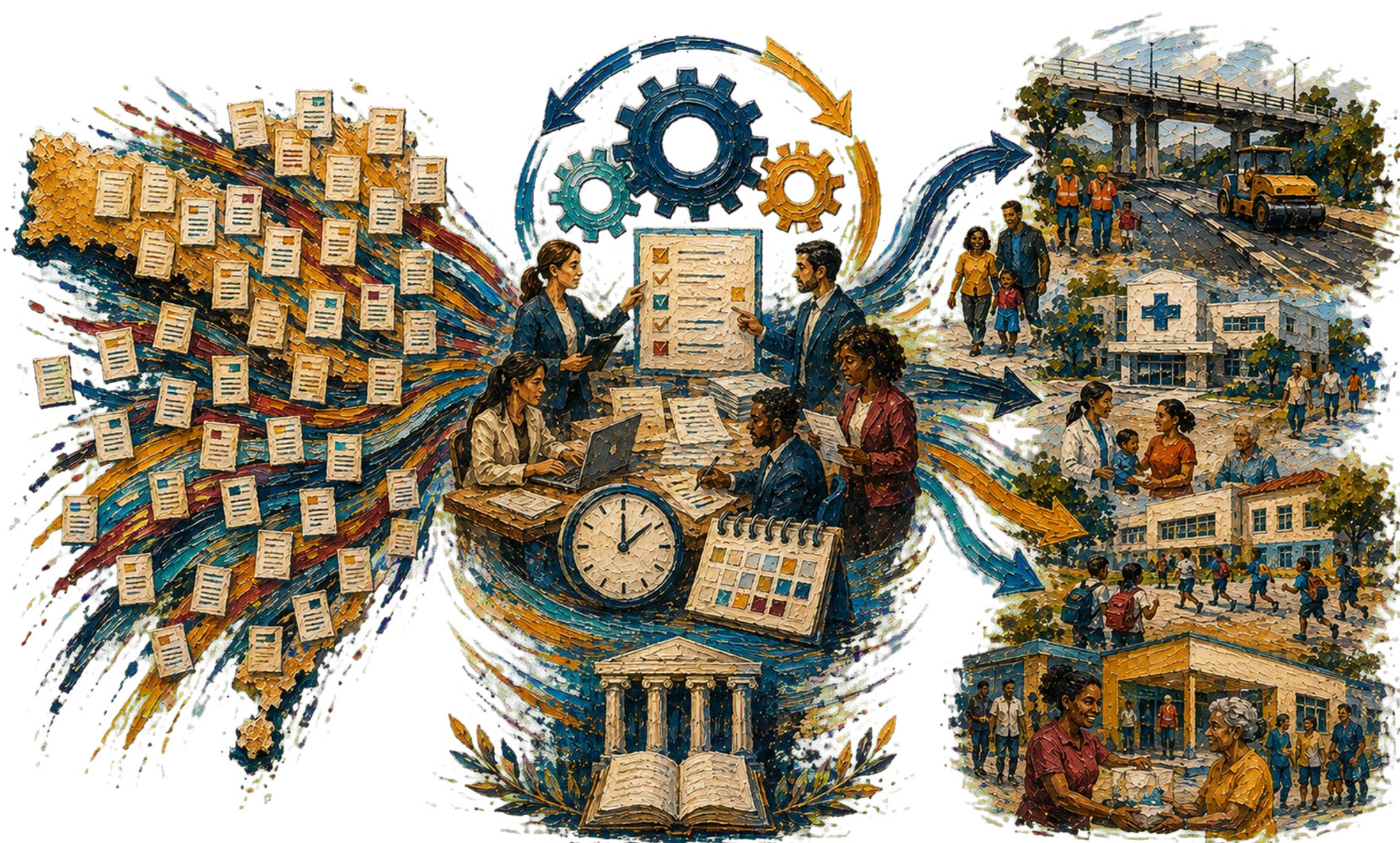
Execução financeira

Ao longo do exercício, foram empenhados R\$ 811 milhões para atendimento das emendas parlamentares, considerando tanto as aprovadas na Lei Orçamentária de 2025 quanto valores remanescentes de exercícios anteriores. Os pagamentos efetivamente realizados alcançaram R\$ 809 milhões.

Apesar do resultado expressivo, a execução das emendas previstas especificamente para 2025 atingiu 86% do montante aprovado para o exercício (R\$ 865,54 milhões). Isso significa que parte das destinações obrigatórias não foi concluída dentro do prazo previsto, situação que já havia sido apontada pelo TCE/SC em análises anteriores.

Entregas efetivas

Embora se reconheçam as dificuldades operacionais envolvidas na execução de centenas de emendas distribuídas por todo o Estado, o relatório destaca a necessidade de aperfeiçoamento dos processos administrativos e dos mecanismos de gestão, com o objetivo de ampliar a efetividade dessas transferências e assegurar o cumprimento integral da obrigatoriedade constitucional. O desafio, portanto, não está apenas na destinação dos recursos, mas também na capacidade de transformá-los em investimentos entregues à sociedade dentro do próprio exercício financeiro.



RENÚNCIA DE RECEITA

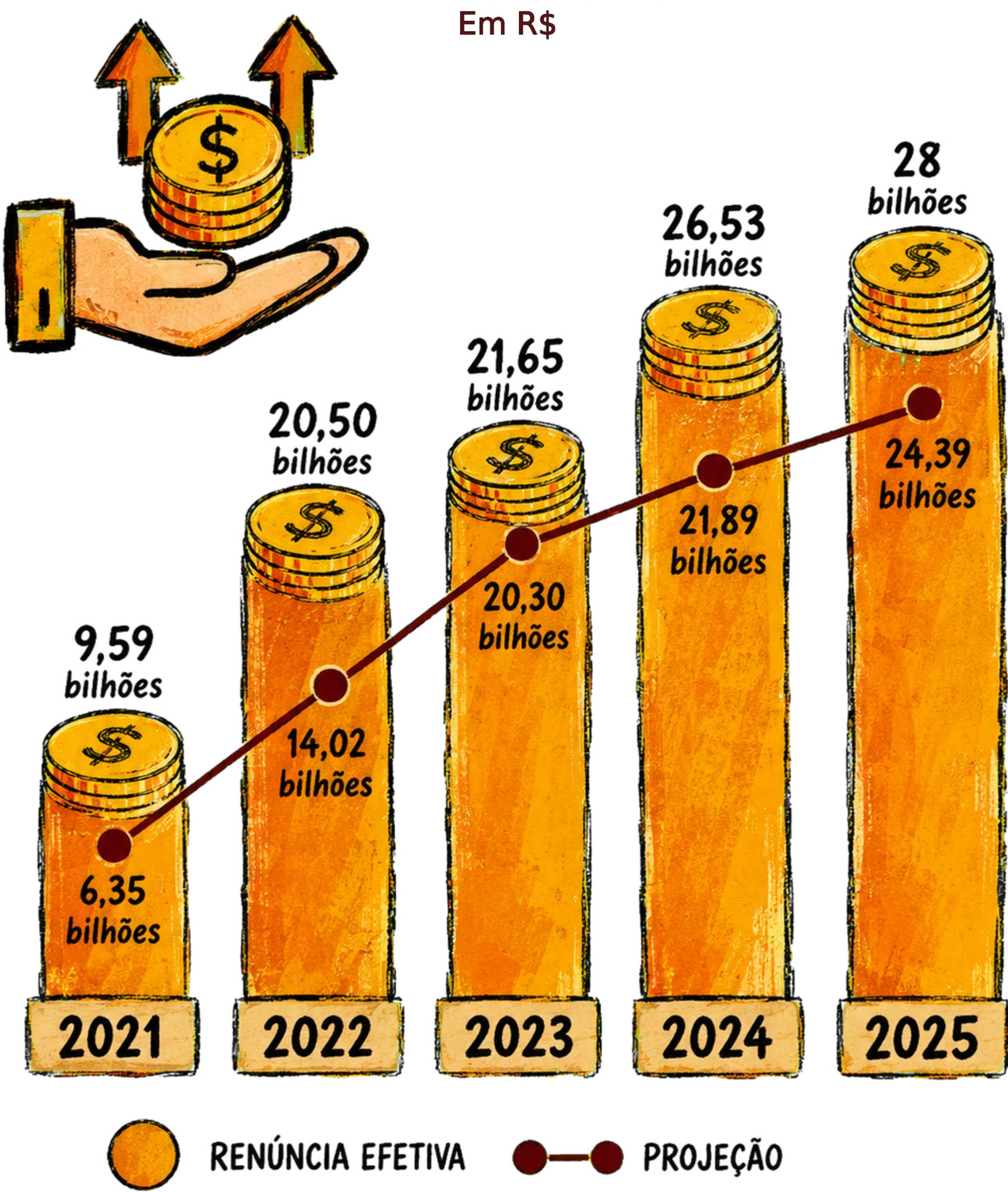
A renúncia de receita ocorre quando o governo deixa de arrecadar parte dos tributos para estimular setores da economia, atrair investimentos, incentivar atividades produtivas ou promover o desenvolvimento regional. Embora esses benefícios fiscais possam contribuir para a geração de emprego e renda, seu elevado volume exige planejamento, transparência e avaliação constante dos resultados alcançados.



Em 2025, a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) estimava uma renúncia fiscal de R\$ 24,39 bilhões. No entanto, o valor efetivamente registrado alcançou R\$ 28 bilhões, ficando 14,80% acima do previsto. O montante dá sequência à trajetória de crescimento observada nos últimos anos e reforça a relevância do tema para as finanças públicas estaduais.

RENÚNCIA DE RECEITA

Projeção x Efetiva



Fonte: Informação N. 06/2026/SEF/DIAT, Anexos 01 e 02.

* Registra-se que houve alteração de metodologia no cálculo da Renúncia de Receita do Estado do ano de 2021 para 2022, sendo este um dos fatores de explicação para o aumento do valor, além de desenvolvimento de novas ferramentas para cálculo da renúncia e a crise cambial, conforme informações do Balanço Geral do Estado 2022, Volume 2, p. 292.

Dimensão do benefício concedido

Os números chamam atenção pela dimensão do benefício concedido. Segundo o Relatório Técnico do TCE/SC, os R\$ 28 bilhões em renúncia de receita registrados em 2025 equivalem a cerca de 49,7% da receita efetivamente disponível ao Estado (R\$ 56,35 bilhões) e a 35,7% da receita bruta arrecadada (R\$ 78,33 bilhões).



Fonte: Relatório Técnico do TCE/SC.

Fortalecer a transparência

Embora o Governo tenha adotado medidas para aperfeiçoar os controles e aprimorar as estimativas relacionadas aos benefícios tributários, o Tribunal de Contas aponta que ainda são necessários avanços. Entre os principais desafios, estão o fortalecimento da transparência, a divulgação mais clara dos setores e beneficiários contemplados e a avaliação dos resultados gerados para a sociedade.

RESULTADO ORÇAMENTÁRIO

O TCE/SC emitiu parecer pela aprovação das contas do Governo do Estado referentes ao exercício de 2025, com ressalvas e recomendações voltadas ao aprimoramento da gestão pública. A avaliação considerou os resultados fiscais e contábeis, a execução das principais políticas públicas e o cumprimento das normas constitucionais e legais.



Arrecadação e despesas

Em 2025, o Estado arrecadou R\$ 56,35 bilhões em receitas líquidas, valor 7% superior ao previsto para o exercício. As despesas executadas alcançaram R\$ 56,38 bilhões, demonstrando a dimensão dos recursos movimentados para financiar serviços públicos, investimentos e programas governamentais.



O Balanço Geral apontou déficit orçamentário de R\$ 30,51 milhões. Entretanto, a análise técnica do TCE/SC identificou despesas de R\$ 227 milhões realizadas em 2025 que não haviam sido devidamente registradas no orçamento do exercício, o que elevaria o déficit ajustado para R\$ 257,53 milhões. Ainda assim, o resultado não comprometeu o equilíbrio das contas públicas, pois foi absorvido pelo superávit financeiro acumulado em exercícios anteriores.



Investimentos em alta

Um dos destaques de 2025 foi o volume de investimentos realizados pelo Estado. As despesas de capital somaram R\$ 7,17 bilhões, dos quais R\$ 5,71 bilhões foram destinados a investimentos em obras, equipamentos e infraestrutura. A área de transporte concentrou a maior parcela desses recursos, recebendo R\$ 3,21 bilhões, valor superior ao observado no ano anterior.

Transferências aos municípios

Além dos investimentos diretos, o Estado transferiu R\$ 3,38 bilhões aos municípios, um aumento de 24% em comparação com o ano anterior, fortalecendo a execução de obras e serviços em diversas regiões catarinenses.



Contas equilibradas e desafios

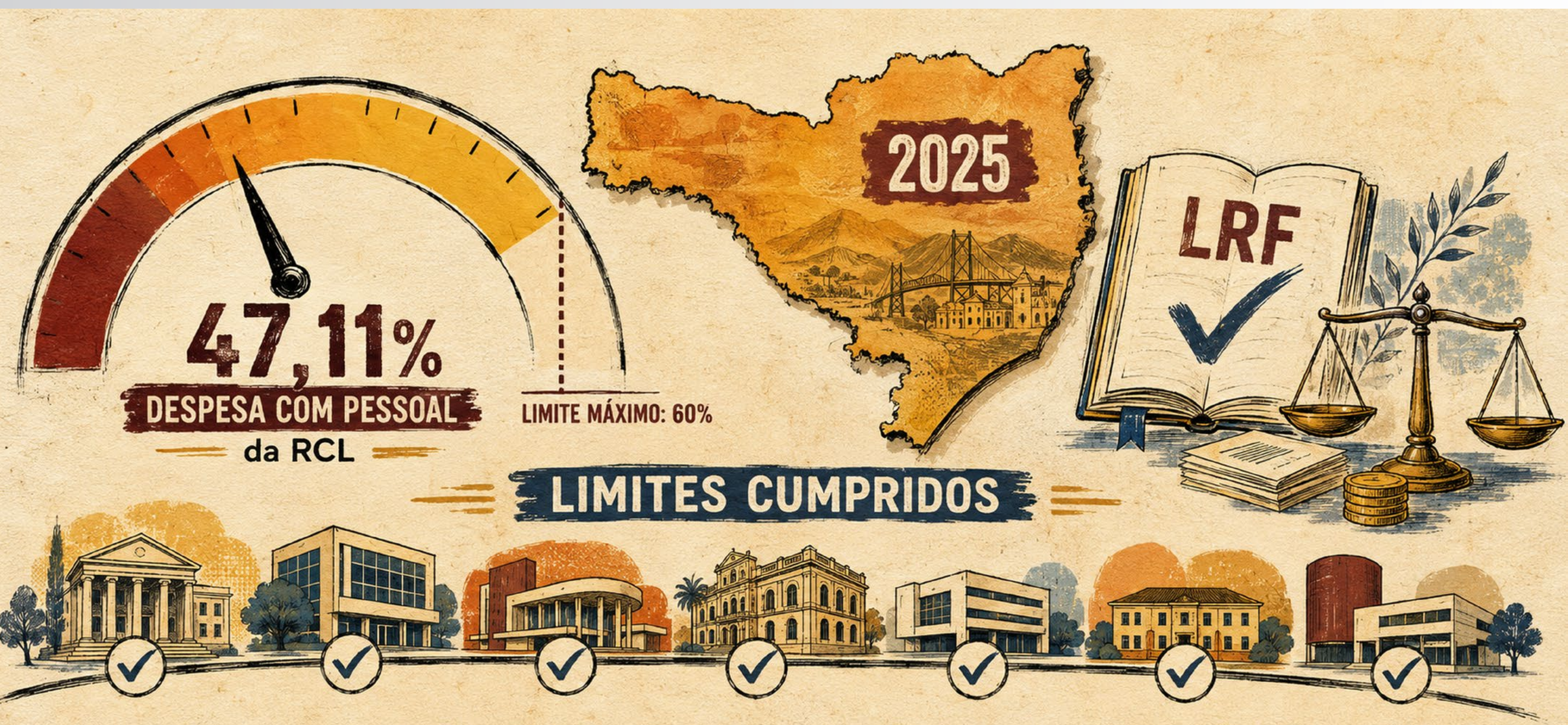
A análise do TCE/SC concluiu que Santa Catarina manteve suas contas dentro dos principais limites legais e constitucionais, cumprindo regras fiscais e mínimos de aplicação em áreas essenciais, como saúde e educação. Ao mesmo tempo, o relatório aponta desafios relacionados ao planejamento, ao controle das despesas, à transparência e à melhoria da eficiência de algumas políticas públicas.

Em síntese, os números mostram um Estado com capacidade de investimento, situação fiscal equilibrada e cumprimento das principais exigências legais. O desafio, segundo o Tribunal, é avançar na qualidade da gestão para garantir que os recursos públicos gerem resultados cada vez mais efetivos para a população catarinense.

CONTAS DENTRO DOS LIMITES LEGAIS

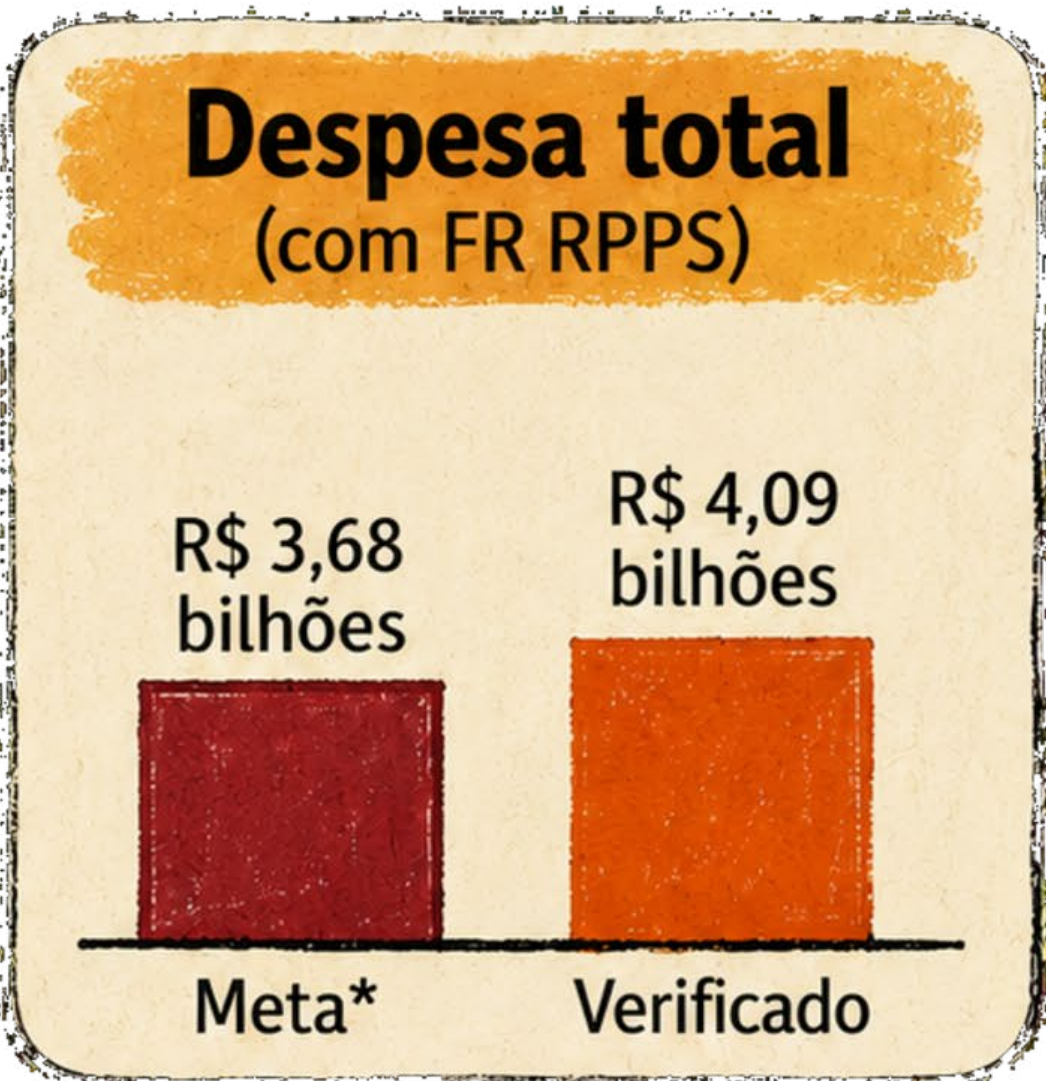
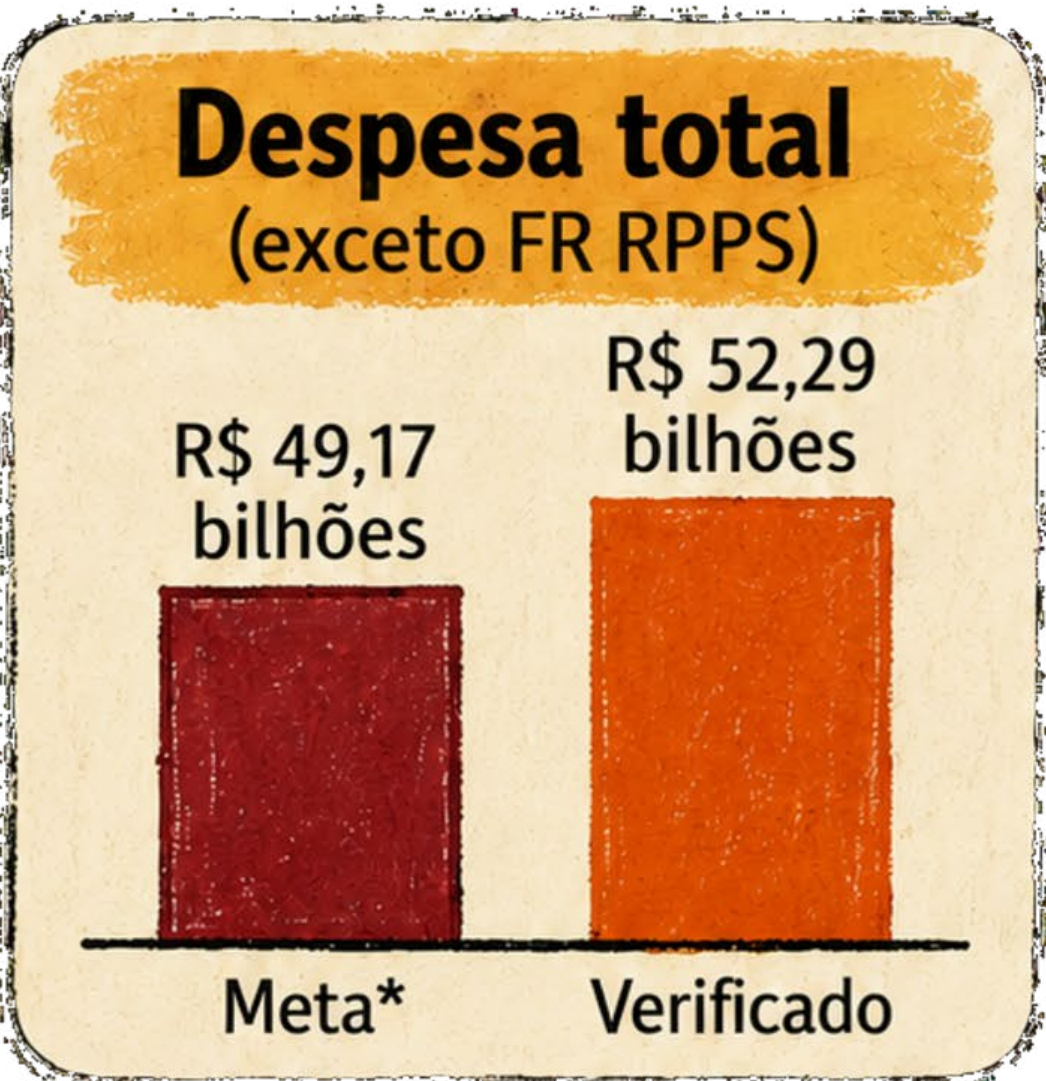
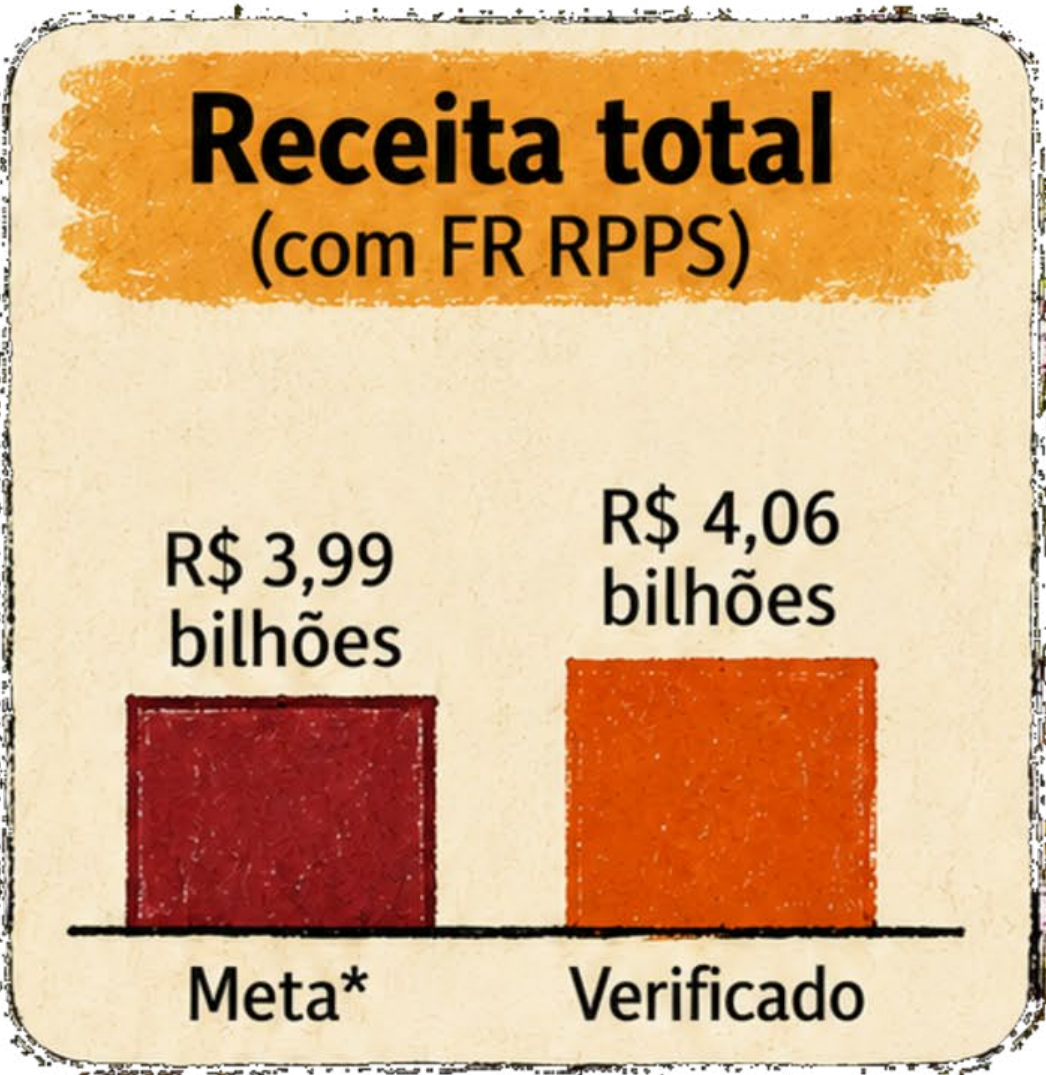
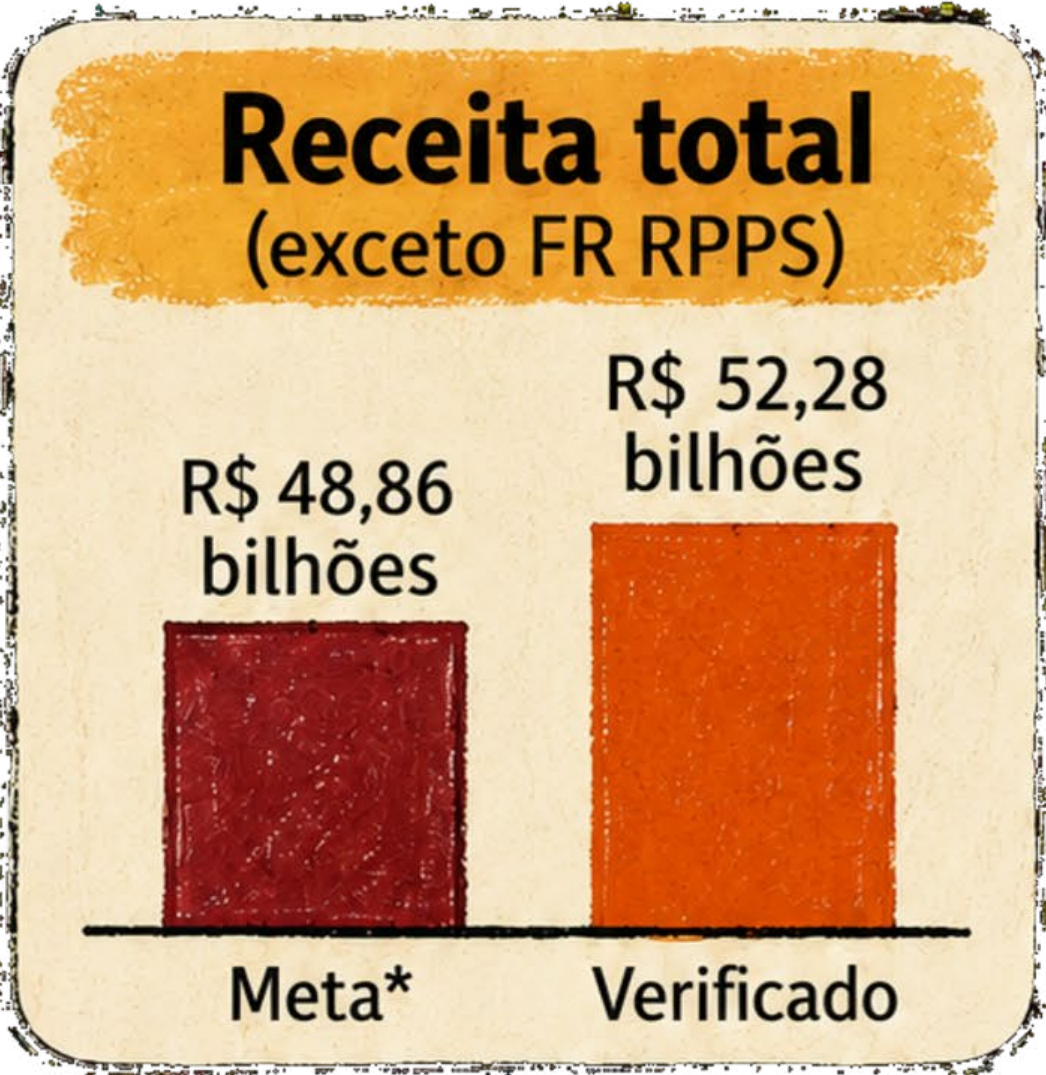
Equilíbrio fiscal

Em 2025, Santa Catarina manteve suas contas públicas dentro dos principais limites estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). A despesa total com pessoal correspondeu a 47,11% da Receita Corrente Líquida (RCL), permanecendo abaixo do limite máximo de 60% permitido pela legislação. Além disso, todos os Poderes e órgãos estaduais cumpriram seus respectivos limites legais.



Responsabilidade financeira

O Estado também manteve sob controle os indicadores de endividamento. As operações de crédito somaram R\$ 484,49 milhões (sujeitas ao limite da LRF), equivalentes a 0,95% da RCL, enquanto as garantias concedidas alcançaram R\$ 1,63 bilhão, ou 3,2% da RCL ajustada, ambos abaixo dos limites legais. Os resultados demonstram boa gestão fiscal e respeito às regras de gestão das finanças públicas.



* Conforme Anexo de Metas Fiscais exercício de 2025, conforme Lei Ordinária nº 19.039, de 8 de agosto de 2024 – LDO para 2025, Anexo de Metas Fiscais exercício de 2025, conforme Lei Ordinária nº 19.401, de 6 de agosto de 2025 – LDO para 2026. Relatório Resumido da Execução Orçamentária do 6º bimestre/2025, Relatório de Gestão Fiscal do 3º quadrimestre/2025 e Balancete do Razão – dezembro 2025 – Consolidado Geral – SIGEF.

RESULTADO PRIMÁRIO

METODOLOGIA “ACIMA DA LINHA”

NÃO CUMPRIU A META



R\$ 310,85
milhões



Mínimo*

R\$ 107,29
milhões



Verificado

RESULTADO NOMINAL

METODOLOGIA “ABAIXO DA LINHA”

CUMPRIU A META



R\$ 1,31
bilhão



Verificado

R\$ -1,79
bilhão



Mínimo*

DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA

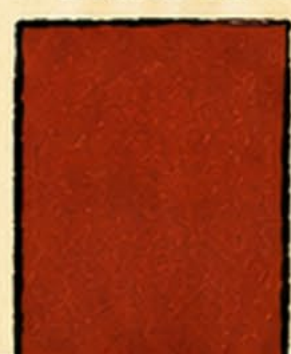


R\$ 16,18
bilhões



Meta*

R\$ 11,88
bilhões



Verificado

DÉFICIT ATUARIAL

R\$ 148,51
bilhões

utilizando taxa 4,5%
de retorno dos
investimentos



Estimado

R\$ 335,71
bilhões

utilizando taxa 0,0%
de retorno dos
investimentos



Estimado



DESPESA DE PESSOAL CONSOLIDADA

Máximo:

60%

da RCL Ajustada

0%

60%

Verificado:

47,11%

da RCL Ajustada

0%

60%



Máximo

49%



Poder Executivo

Verificado

38,72%



Máximo

1,90%



Alesc

Verificado

1,40%



Máximo

1,10%



Tribunal de Contas

Verificado

0,78%



Máximo

6%



Poder Judiciário

Verificado

4,71%



Máximo

2%



Ministério Público

Verificado

1,50%



APLICAÇÕES MÍNIMAS

Mínimo

25% da RLIT



Aplicação em Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE

Verificado

26,71%



Mínimo

5% do total a ser aplicado em MDE



Aplicação Mínima em Ensino Superior art. 170 da Constituição Estadual (CE)

Verificado

10,17% todas as fontes



Mínimo

12% da RLIT



Aplicação em Saúde

Verificado

16,19%



Mínimo

2% das Receitas Correntes



Pesquisa Científica e Tecnológica

Verificado

2,06%



PONTOS DE ATENÇÃO

Renúncias fiscais elevadas

Os benefícios fiscais concedidos pelo Estado somaram R\$ 28 bilhões em 2025, valor 14,80% superior ao estimado na Lei de Diretrizes Orçamentárias, que previa R\$ 24,39 bilhões. O montante representa cerca de 50% da receita efetivamente disponível ao Estado, o que reforça a importância de ampliar a transparência e a avaliação dos resultados desses incentivos. O TCE/SC destaca a necessidade de aperfeiçoar os mecanismos de controle, divulgação dos beneficiários e mensuração dos benefícios gerados para a sociedade.

BENEFÍCIOS FISCAIS EM 2025



Problemas na gestão de despesas e controles

Em 2025, o Estado registrou R\$ 392,43 milhões em despesas de exercícios anteriores, volume muito superior ao observado em outros anos. Grande parte desses valores concentrou-se na área da saúde. O Tribunal também identificou despesas realizadas sem o devido empenho prévio, situação que compromete a qualidade das informações contábeis, dificulta o planejamento orçamentário e reduz a transparência da gestão pública. Apesar das medidas corretivas anunciadas pelo Governo, o tema continua sendo um ponto de atenção.



Baixa efetividade na cobrança de dívidas

Ao final de 2025, a dívida ativa do Estado alcançava R\$ 34,55 bilhões. Desse total, aproximadamente 96% estavam provisionados como perdas, restando apenas uma pequena parcela com expectativa efetiva de recuperação. Embora tenham sido arrecadados R\$ 865 milhões ao longo do ano, a taxa de recuperação ficou em apenas 2,51%, evidenciando as dificuldades para transformar créditos devidos ao Estado em receita disponível para financiar políticas públicas.

Recursos parados em fundos públicos

O Tribunal voltou a apontar a existência de fundos estaduais com elevados saldos financeiros sem execução compatível com suas finalidades. Entre os exemplos citados, estão o Fundo Social, que encerrou o exercício com R\$ 933,72 milhões em caixa, e o Fundo da Infância e Adolescência (FIA), que acumulava R\$ 86 milhões. A situação indica a necessidade de aprimorar o planejamento e acelerar a aplicação dos recursos em benefício da população.



Controle dos recursos

OTCE/SC identificou problemas de intempestividade na análise das prestações de contas de recursos repassados pelo Estado. Ao final de 2025, existiam milhares de processos pendentes de avaliação, incluindo os relacionados a organizações sociais na área da saúde. Isso evidencia a necessidade de fortalecer os mecanismos de fiscalização e controle dos recursos públicos repassados.

Empresas estatais

Por um lado, empresas como Celesc, Casan, SCGÁS e Sapiens Parque registraram resultados positivos em 2025. Juntas, as estatais lucrativas contabilizaram cerca de R\$ 2,59 bilhões de lucro, com potencial de retorno financeiro ao Tesouro Estadual por meio da participação acionária do Estado.

Por outro lado, algumas empresas continuam gerando preocupação fiscal. O principal caso é o da Invesc, que apresentou prejuízo de R\$ 1,79 bilhão em 2025. Como parte dos passivos da companhia ainda depende de definições judiciais, o tema permanece como uma fonte de risco para as finanças estaduais e exige acompanhamento permanente dos órgãos de controle.



